



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

Processo Licitatório nº: 16.957/2020
Processo de Impugnação nº: 15.731/2021
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO destinada a pacientes, acompanhantes, funcionários e outros autorizados nas dependências do Hospital Municipal Raul Sertã, de acordo com a demanda da unidade, pelo período de 12 (doze) meses

IMPUGNANTE: PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA - CNPJ Nº: 01.611.866/0001-00

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 047/2021.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Suscintamente, a impugnante alega que não se vislumbra no instrumento convocatório, a existência na minuta do contrato do objeto licitado, do índice para o reajuste, conforme segue:

"ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO

[...]

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93." (Grifo deles).

[...]

06. Assevera que *"o art. 65, II, alínea "d" da Lei 8.666/93, estabelece o instituto de REVISÃO DE PREÇO e não de REAJUSTE DE PREÇO"*



Comissão de Pregão II

07. Complementa que *“Revisão de preço e reajuste de Preços são instituto distintos*

“Revisão de Preço: Instituto estabelecido através do art. 65, II, alínea “d” da Lei 8.666/93, realizado através de forma excepcional conforme as causas existentes no ordenamento.”

“Reajuste de preço: Instituto estabelecido através do art. 40, XI, da Lei 8.666/93, realizado através da obediência à periodicidade ANUAL.”

08. Enfatiza que, “o reajuste de preços é um direito constitucional, previsto no art. 37, XXI, da CF/88”.

09. Por fim, cita decisões em casos similares e requer:

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

10. Requer a impugnante:

a) A presente impugnação seja conhecida, por ser tempestiva, e que tenha seu mérito julgado no prazo previsto no Edital;

b) Que seja realizado a inclusão, na MINUTA DO CONTRATO, de cláusula que preveja a possibilidade de aplicação automática do reajuste dos preços ajustados, decorridos 12 (doze) meses de prestação de serviço, com seu respectivo índice de aplicação.

c) Por fim, sejam acatadas os argumentos e comprovações dispostas no escopo para a alteração e publicação de uma nova versão do instrumento convocatório, uma vez que a modificação afeta diretamente o núcleo da licitação e o preparo das propostas, tudo em razão dos vícios existentes e aqui expostos.



Comissão de Pregão II

IV. DA ANÁLISE DA ÁREA TÉCNICA

11. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões jurídicas, foram encaminhados os questionamentos à Procuradoria Geral Municipal, solicitando a análise da impugnação encaminhada.

12. Em resposta, sucintamente a Procuradoria Geral entendeu que *"s.m.j., assiste razão a impugnante"* opinando pelo *"acolhimento da presente impugnação com a remessa dos autos à Secretaria de Saúde para manifestação de sua competência quanto à definição dos critérios de reajuste a serem inseridos no instrumento editalício, com a consequente alteração da minuta contratual e encaminhamento à Comissão de Pregão II para ciência e adoção das medidas necessárias à republicação do edital para o prosseguimento do certame."*

13. Em sua manifestação a Secretaria Municipal de Saúde, considerando o parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral, acolheu a impugnação, pugnano pela adequação do edital.

14. O Parecer da Procuradoria Geral bem como a manifestação da Secretaria de Saúde, constantes nos autos do processo Administrativo n 15.731/2021, são partes integrantes desta decisão, independente de transcrição.

V. DA DECISÃO

12. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, após análise e parecer jurídico da Procuradoria Geral Municipal, acolhido pelo setor técnico requisitante, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa PJ REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º



Comissão de Pregão II

047/2021, e no mérito, DOU PROVIMENTO pela alteração da Minuta de Contratação – Anexo V do edital, com a inclusão dos critérios de reajustes definidos pela secretaria requisitante.

Nova Friburgo, 19 de junho de 2021.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870